



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIACÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE POR VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (07-11-2022).

Ao sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, segunda-feira, às oito horas e cinquenta e sete minutos, foi realizada a Reunião por videoconferência; foram convidados os representantes para tratarem Cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no novo Bento e em Paracatu (atendendo a solicitação protocolada pela Comissão de Atingidos e Atingidas pela Barragem do Fundão (CABF) **Participaram da reunião:** Os Vereadores Adimar Cota, Fernando Sampaio, José Sales, Edison Agosinho, Maurício Borges e Ricardo Miranda. **Registraram Presença:** Sr. José Carlos Sampaio- Secretário Municipal de Fazenda, Sra. Valdirene Caetano- coordenadora de Arrecadação da Receita Municipal, Sr. Nilton Souza Sales- Analista de Regularização Fundiária, Dr. Israel Quirino- Procurador Municipal, José Carlos Sampaio- Secretário Municipal de Fazenda, Teresa Chaves- assessora Cáritas, Luiz Fernando Horta **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” O Vereador Fernando Sampaio, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, e consultou os presentes sobre a leitura da ATA da última reunião. A leitura foi dispensada, e a ATA foi aprovada sem ressalvas. **Projeto de lei N.º 123 de 2022**, de autoria do Vereador Fernando Sampaio, que “Alterar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Artigo segundo da Lei 2482 de 1 de abril 2011 no Município de Mariana e aprova a concessão de elixir ao ex-Vereador Ronaldo Bento”, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Emenda nº 80 ao Projeto de lei N.º 139 de 2022**, de autoria do Prefeito em Exercício, Ronaldo Bento, estima receita e fixa despesas no Município de Mariana para o exercício de 2023”, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de lei N.º 179**, de autoria do Vereador Pedro Henrique da Paixão Sousa, “que institui o dia do Bombeiro Civil no Município de Mariana”, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de lei N.º 181 de 2022**, autoria do Vereador Pedro Ulisses de Coimbra Veira “Da denominação ao logradouro público Alameda Dona Dias Ada no distrito de Passagem”, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. Com a palavra o Vereador Fernando Sampaio direcionou a reunião para a discussão sobre a pauta sobre a cobrança de IPTU-(Imposto Predial e Territorial Urbano) no novo Bento e em Paracatu (atendendo a solicitação protocolada pela Comissão de Atingidos e Atingidas pela Barragem do Fundão (CABF). Pontuando-se a introdução a discussão com a palavra sendo concedida a Sra. Valdirene explicou que, os IPTU que são cobrados se encontram em nome da RENOVA sendo que ainda não se encontram nos nomes dos moradores na qual, a cobrança que se é solicitada será destinada à área do Terei, pois, o distrito de Bento e Paracatu ainda não tem a própria planta numérica. Visto que, foi acordado com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

RENOVA e seguem utilizando a planta antiga. Sendo necessário que a Secretaria de Obras entregue os abites para poderem estrar lançando as edificações para apoderem estar realizando simulações e posteriormente esclarecer quais seriam os valores em média dos IPTU de Bento Rodrigues e Paracatu. Com a palavra a Sra. Teresa Chaves acrescentou que na última reunião que tiveram com os atingidos se perpetuava as dúvidas com relação às leis complementares criadas para os assentamentos de Paracatu e Bento Rodrigues, seriam tratadas em leis específicas gerando assim o questionamento de como seria essa especificação. A Sra. Monica adicionou a fala da Sra. Teresa sendo o valor destinados aos IPTU das antigas casas em Bento Rodrigues não eram desacerbados da realidade dos moradores, tais não podem prever os valores dos quer serão cobrados nos assentamentos. Tendo em vista, que apesar da fundação RENOVA alegar ter a opinião dos atingidos nas suas decisões. Para a Sra. Mônica isso não ocorre efetivamente, sendo que não foi nem escolas dos moradores a construção de assentamentos, o local da construção e entre outros. Enfatizou em sua fala, que é preciso o apoio da Casa e dos Vereadores para conseguirem alcançar uma resolução que beneficie a todos. Em resposta a Sra. Mônica, o Vereador Fernando Sampaio sugeriu ser necessário, que em toda a reunião para tratar sobre a RENOVA, os moradores atingidos e a Prefeitura, pois será mais viável para chegarem a uma resolutiva. Com a palavra, o Vereador Edson Agostinho comprometeu-se que nas próximas reuniões que ocorram entre a Prefeitura e a Renova, a comissão dos atingidos será notificada e convidada a participar. Em seguida, o Dr. Israel Quirino esclareceu que a conversa que tiveram com os representantes da fundação Renova na qual hoje quem paga o IPTU do assentamento de Bento Rodrigues é a fundação RENOVA, pois os imóveis ainda se encontram em nome da empresa. Sendo necessária a criação de uma comissão para elaborar uma planta genérica de valores para definir o tributo a ser pago pelos futuros moradores, sendo necessário a análise do assentamento, as características urbanas do local e definir o preço do metro quadrado de construção e do terreno nas quais são aplicadas uma série de fatores corretivos para chegarem ao valor fiscal do imóvel que incide o IPTU. Acrescentou que a aprovação é realizada nesta Casa pelos Vereadores e sendo que no ano de dois mil e vinte três, nos meses de janeiro e fevereiro o valor do IPTU a ser pago fica a cargo da RENOVA. Sendo que o IPTU para os moradores de Bento Rodrigues só será de responsabilidade após a construção da planta e a aprovação na qual os moradores serão convidados a participar das decisões. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio questionou que mesmo com a Bits pronta e as casas sendo entregues no ano de dois mil e vinte três se o IPTU será pago pela RENOVA. Em resposta, o Sr. Israel Quirino que será pago até o momento que a casa passar para o morador como titular do imóvel. Com a palavra a Sra. Valdirene explicou que no setor técnico de cadastro imobiliário foram liberados apenas dez habites e que o IPTU de dois mil e vinte três se encontra em nome da RENOVA e a titularidade só passará para os moradores no ano de dois mil e vinte e quatro. Com a palavra, a Sra. Luiza, falou que os moradores do Paracatu de baixo não receberam o valor do IPTU e que não possuem condições de sobreviverem ao regressarem para o local. O Vereador Fernando Sampaio questionou se a RENOVA pagará o IPTU das casas localizadas na parte urbana é pago pela fundação. O Sr. Anderson afirmou que o IPTU, das casas na localidade urbana serão pagos pelos moradores, pois já foram lançados em dois mil e vinte dois. Em seguida sugeriu que devem ser abordados alguns pontos na próxima reunião, como o fato de já



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

possuírem um valor referente para os serem os distritos subdistritos e como se enquadram nessa categoria, podem ser levados em contas sendo que o valor imobiliário de Mariana não deve ser considerado o padrão para a análise. O Vereador Fernando Sampaio afirmou concordar com o Sr. Anderson que há muitas casas boas nos distritos de Padre Viegas, Bandeirantes e Cachoeira e que o valor do IPTU de Bento Rodrigues e Paracatu devem seguir o modelo desses distritos. Com a palavra, o Sr. Israel Quirino falou que a transferência da titularidade do imóvel para o morador não tem vínculo com a planta genérica, sendo que o lançamento do IPTU é gerado apenas uma vez por ano no dia trinta e um de dezembro ocorre o lançamento para o próximo ano. Sendo que a titularidade não avalia a estrutura das obras, apenas a titularidade para o morador e o valor fiscal do imóvel para receber o carnê do IPTU. Com a palavra, a Sra. Valdirene explicou que ao mudar a titularidade do IPTU o morador tem a responsabilidade pelo imposto. O Vereador Fernando Sampaio questionou os valores do IPTU pagos pela Fundação RENOVA no atual momento. Em resposta, a Sra. Valdirene apontou que ficam na faixa etária de duzentos reais a quinhentos e cinquenta reais pagos pela RENOVA, devido à variação dos terrenos e a metodologia utilizada para plantas genéricas será adequada à situação de hoje na qual possivelmente o valor do IPTU será superior ao antigo, mas não será exorbitante. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio e a Câmara se disponibilizaram para discutir sobre a elaboração do projeto no ano de dois mil e vinte três. Com a palavra, o Sr. Antônio agradeceu ao convite e afirmou ser necessário que essas discussões passem pela Câmara e o município, ressaltando sua preocupação com o IPTU individual, pela qual não ocorreu nenhuma definição concreta sobre como a RENOVA na qual ocorrem várias alterações na criação de novas ruas e levantou a dúvida se as decisões da renova chegam a ser debatidas na Câmara de Mariana. Em resposta, o Vereador Fernando Sampaio explicou que na Câmara não passou nenhum projeto para ser votado ou nenhuma discussão para ser avaliada. Recordou que houve a votação de apenas um projeto que envolvia parcelamento dos lotes e que é necessário que os envolvidos nas reuniões da RENOVA também tenham a participação dos Vereadores. Com a palavra, a Sra. Valdirene pontuou que se a OBRAS disponibilizar os IPTU de Bento Rodrigues ela se compromete a realizar uma simulação de lançamento dentro do sistema, na qual os moradores poderão ver o valor que será cobrado em dois mil e vinte e quatro para poderem abrir uma discussão com a própria RENOVA sobre os valores. Com a palavra a Sra. Lais cumprimentou a todos e discorreu sobre que as famílias que tinham um modo de vida rural tanto para consumo próprio quanto para comércio na comunidade não estarem recebendo casas que comportam seus meios de subsistência. Sendo que o período que estão aguardando o pelos trâmites já passa de sete anos e as famílias não poderão exercer os antigos trabalhos, terão que pagar um valor a mais tendo os auxílios cortados e os moradores estão mais velhos. Finalizou sua fala perguntando se os valores do IPTU falados pela Sra. Valdirene apenas correspondiam somente aos terrenos e não as edificações. O Vereador Fernando Sampaio esclareceu ser apenas ao terreno, pois as edificações não possuem casas registradas. Com a palavra o Sr. Israel explicou que na condição jurídica de Bento Rodrigues e Paracatu continuam como subdistrito. Sendo que o novo plano diretor não tem previsto nenhuma alteração para os distritos. Afirmou que se reuniu com a RENOVA que a ocupação de bens públicos sobre como ocorreria a apropriação sendo foi avaliado como os recursos chegariam ao local



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

exemplificou, com tratamento de esgoto, água, transporte, coleta de lixo, etc. Afirmou que, no início da viabilização do local será por uma direção conjunta, pois contará com a RENOVA para afirmarem se o hospital e escola atende aos padrões do Município. Sendo que a experiência de migração de um distrito por completo nunca ocorreu em Mariana e que a ocupação do espaço só ocorre quando houver moradores no local. Em contraponto o Vereador Fernando Sampaio afirmou que a forma que será feita a ocupação resultará em mais gastos para a Prefeitura, além de não voltarem com os moradores simultaneamente, e estarem fazendo uma entrega parcial das casas para demonstrarem que estão prestando serviços. Reforçou que sempre foi contra a RENOVA assumir esse contrato e o certo seria a VALE ou a Samarco, pois a RENOVA contratada para prestar serviços. Complementou a fala do Vereador Fernando Sampaio o Sr. Anderson disse que na conversa com um dos representantes na RENOVA seria por volta de trinta por cento das famílias a ocuparem o local. Levantando a hipótese que a responsabilidade de manutenção financeira, após entrega ficará para a Prefeitura sendo que as casas não serão entregues cem por cento, pois ainda estarão realizando obras nos terrenos próximos. O Sr. Edivaldo solicitou a participação do Secretário de Saúde para acertar o debate. Com a palavra, a Sra. Mônica perguntou se não seria possível, que fosse seguido o mesmo paradigma que foi usado no antigo Bento Rodrigues e Paracatu e questionou se os dez habitats já possuem algum valor do IPTU. Para o Dr. Israel perguntou sobre o prazo para começar a elaborar as comissões para discutir sobre os valores do IPTU e se teve a participação de algum dos moradores atingidos na oficina realizada pela RENOVA. Sendo que não receberam comunicado para participar da oficina e os moradores de Paracatu ficaram sabendo da reunião, mas que não ocorreu a efetividade para a participação pela qual se manifestaram e foram ao encontro. Reforçou novamente que é necessário a participação dos moradores nas reuniões que discorrem sobre os distritos e as decisões a serem tomadas em torno dele. O Vereador Fernando Sampaio questionou se a alguma ação do Município que cobre da fundação RENOVA sobre suas ações, pois não segue com constância o acordado. O Sr. Antônio da Lua concordou com o Vereador Fernando Sampaio e acrescentou que o posto de Saúde foi inaugurado sendo retirada a placa, pois os moradores questionaram. Com a palavra, o Sr. Mauro cumprimentou a todos e destacou que a responsabilidade pela ação que ocorreu foi um crime e os responsáveis deveriam estar sendo cobrados citou a VALE, SAMARCO e BHP na qual a RENOVA é apenas uma fachada para distrair o foco verdadeiros criminosos não sendo responsabilidade do Município nem dos Moradores. Apresentou um dossiê que mostrava que a fonte de renda de Bento Rodrigues era de aposentados, estudantes, trabalhadores, etc. Tais quais lembrou que a ocorreu um repasse de verba no valor de quinze milhões para a Prefeitura administrar os bens públicos danificados. Reiterou que não se pode terceirizar a responsabilidade de um crime cometido pelas Mineradoras. Finalizou fazendo um parêntese sobre a existência de um condomínio que é responsabilidade da Vale desde água a outras demandas. Finalizou pedindo a Câmara e o Município para cobrar dos verdadeiros responsáveis VALE, SAMARCO e BHP. Com a palavra o Vereador Fernando Sampaio disse que perdeu a vontade de conversar com a RENOVA, pois ocorreu um evento onde o Executivo homenageou uma fundação que não presta serviços adequadamente. O Sr. Mauro complementou que estão sofrendo retaliações por parte da RENOVA na qual são contra as ações da empresa da forma que está ocorrendo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Com a palavra, a Sra. Teresa pontuou que a empresa ratifica os mesmos parâmetros do antigo Bento Rodrigues. Com a palavra, o Sr. Danilo explicou que o ocorrido no dia 29 de novembro foi uma visita no posto e que tiveram duas reuniões com a RENOVA e que ficou definido pela fundação que o posto estaria pronto dia vinte de dezembro, o que não ocorreu e foi posteriormente agendado para dia cinco de janeiro. Afirmou que não pode garantir que o posto fique utilizável no dia cinco, pois depende de outras diretrizes. Sendo que cabe uma decisão dos atingidos com Executivo, Atingidos e Ministério Público. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio perguntou sobre o recurso ressarcido pela VALE já se encontra depositado nos cofres públicos. Em resposta, o Sr. José Carlos afirmou que não foi depositado. Com a palavra, a Sra. Luzia disse que seria o foco da discussão estava direcionando-se apenas no distrito de Bento Rodrigues na qual as populações de Paracatu possuem uma isometria diferente. O Sr. Danilo explicou que possuem estudos dos atingidos de Paracatu e que grande conseguiu atendimentos em outros distritos. Visto que o assentamento de Paracatu está atrasado em vários aspectos. Em contra-resposta a Sra. Lucia perguntou como ficará o atendimento das pessoas atingidas, pois elas não possuem prioridades nos tratamentos demandados. Com a palavra, o Sr. Danilo se coloca à disposição para conversar com as Comissões e que lhe causa estranhamento a demora notificada pela Sra. Lúcia, pois esteve em reunião com o PSF e não há demora excessiva nos atendimentos. Com a palavra, a Sra. Mônica acrescentou que foi conversado que o tratamento seria isonômico entre as famílias tanto aquelas que permanecerem na sede quanto as que forem para o assentamento. O Vereador Fernando Sampaio afirmou que a RENOVA deveria arcar com a despesa dos distritos sendo convocada a presença de uma Promotora para uma reunião na Câmara para tratar sobre esse impasse. Com a palavra, o Sr. Danilo disse que a manutenção e a estrutura podiam se manter nos dois locais tendo rotação entre os dias, sem alterar a equipe da sede e ao receber o ofício entraria em contato para realizar uma reunião. Com a palavra, a Sra. Darlene assegurou que na área da educação é um pouco diferente, pois não se pode separar os alunos assim e que está sendo tratado com a RENOVA como será realizado a viabilização da escola. O Vereador Fernando Sampaio sugeriu que fosse marcada uma reunião com o Executivo, Educação, Atingidos e Saúde para tratarem sobre como ocorre a funcionalidade desses locais. Sendo que o local não está completamente habitável e que não seria recomendável manter duas escolas, sugerindo que fosse mantido apenas na sede para evitar uma nova perda de vínculo para os moradores. Com a palavra, o Sr. Israel esclarece que com relação ao transporte escolar serão garantidos e com relações aos quinze milhões, realmente existe um acordo com a RENOVA, mas é para o aterro sanitário para ser administrado pelo Município durante dois anos. Sendo quinze milhões acordados com Ministério Público e Secretaria do Meio Ambiente. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense”, o Vereador Fernando encerrou a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**